



Educação Municipal

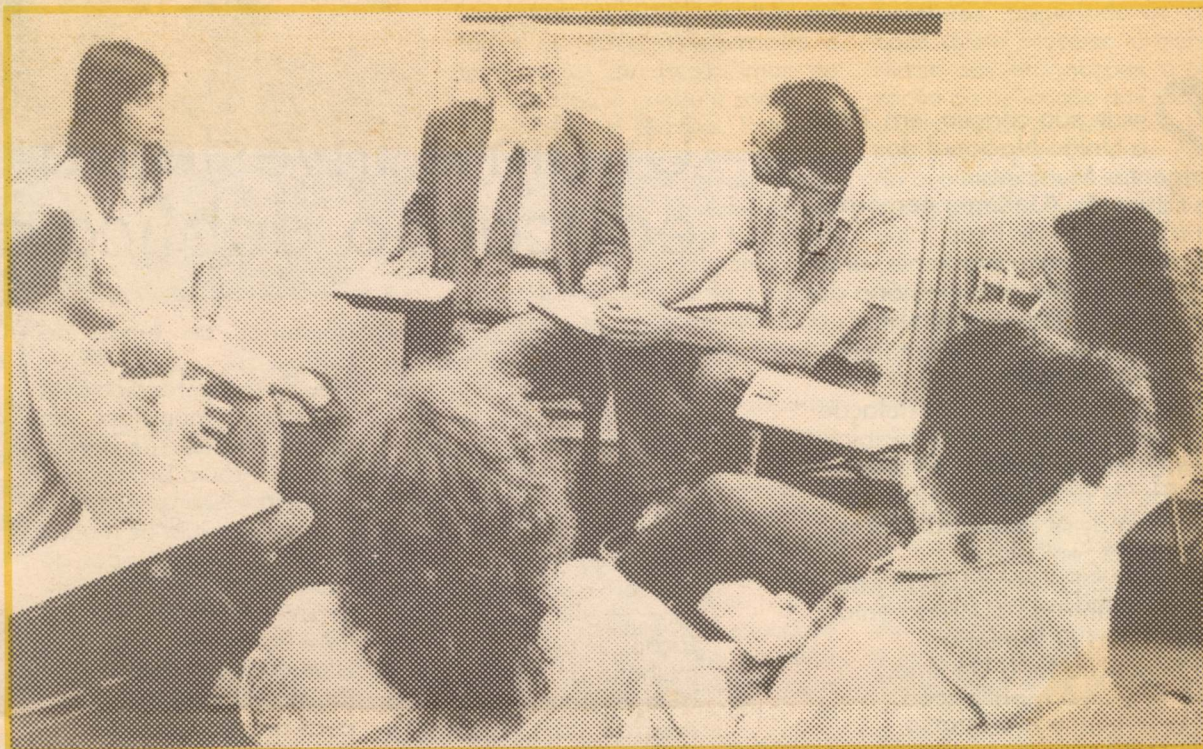
Boletim Informativo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

Ano I / Fevereiro 96 Nº 00

A avaliação do rendimento de alunos no ensino fundamental é objeto de estudo do MEC e da Undime. O projeto está em andamento e busca analisar os resultados nas áreas de Português, Matemática e Ciências

Página

3



Freire luta por ensino municipal

A Undime expressa a sua opinião sobre o Plano Nacional de Valorização do Magistério em negociação com o MEC

Página

4

Sinto-me feliz em dirigir-me aos secretários municipais de Educação através deste Boletim da Undime, depois de haver experimentado a desafiante tarefa de exercer o mesmo cargo que vocês ocupam agora. Quero lhes dizer que os dois anos e meio que passei na Secretaria de Educação do Município de São Paulo - de 1989 a 1991 - foram para mim de um grande aprendizado. Muitos dos nossos sonhos não tiveram o desenvolvimento esperado, mas, a maioria dos nossos projetos se firmou na prática, cresceu, tomou corpo. Creio que o que foi

realizado foi possível graças ao trabalho de muita gente e em diálogo com aqueles que, fazendo a escola municipal conosco - da limpeza do chão à reflexão teórica - se empenharam num projeto coletivo. Muitas lições posso tirar dessa experiência, mas, talvez, a mais importante é de que é difícil mudar o ensino nesse país, mas é possível e é, sobretudo, urgente. Creio que o que fazemos e o que não fazemos como secretários de educação, deve ser divulgado e discutido, inclusive para prestar contas à população e para que outros possam dar continuidade ao trabalho se julgarem coerente com seu projeto. A continuidade de um bom trabalho realizado

depende sobretudo de ele estar enraizado nas escolas e não nos gabinetes. Os gabinetes são conjunturais, provisórios, ao passo que as escolas são estruturais, permanentes. Estando hoje na Secretaria devemos pensar também no dia em que a deixaremos. Talvez devêssemos pensar em sair à maneira de quem, saindo, fica, isto é, sabendo que, ao sair, estamos mudando de trincheira, mas não negando o sonho e a luta. Onde quer que estejamos, devemos estar empenhados em favor da escola pública. Essa é não só uma exigência ética que se coloca para nós educadores. É também uma exigência política do cargo que ocupamos.

Paulo Freire

União

Desde sua criação, em 1986, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) percorreu uma trajetória de lutas, escrevendo, definitivamente, uma página importante na História da Educação Brasileira. Até então vistos apenas como executores de políticas e programas educacionais de cuja formulação não participavam, os municípios, através dos dirigentes de seus órgãos de educação, resolveram transformar-se de espectadores, executores, em atores do Sistema Educacional do país. E o instrumento do aparecimento desse novo personagem na Educação foi a Undime, pois graças à mobilização, organização e articulação dos secretários municipais de educação promovida pela entidade, educação municipal passou a ter voz e vez.

Quase dez anos após sua criação, a Undime pretende reforçar a integração nacional da entidade, reinstalando e profissionalizando sua Secretaria Executiva em Brasília, retomando os processos de capacitação dos dirigentes, retomando suas publicações e criando este boletim, que pretende ser o veículo de informações, de intercâmbio de idéias e de experiências, de notícias de todo o movimento "undimista" que se desenvolve nos diversos cantos do país. A posição e o respeito de que goza a entidade hoje não foram conquistados sem o bom combate coletivo. Contra os fatos adversos da educação que se desenvolve no município e contra os argumentos dos resistentes à socialização do processo decisório no setor educacional, a Undime contrapôs a força da luta articulada, comprovando que contra fatos e argumentos há luta!

Undime investe na educação pública

A escola pública de qualidade é a principal meta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Criada em outubro de 1986, com o aval de mais de mil municípios brasileiros, a entidade tem um compromisso histórico com a sociedade brasileira, através da universalização, democratização e a melhoria da educação pública, assegurando o pleno exercício da cidadania, a inserção no mundo do trabalho e a promoção do desenvolvimento sócio-econômico.

A despeito das muitas resistências e incompreensões, a Undime ocupou um espaço político importante, interferiu de forma efetiva na Constituinte, prestando colaboração na formulação dos novos dispositivos constitucionais aplicáveis à educação básica, participou ativamente das decisões relativas à elaboração e promulgação dos compromissos nacionais e internacionais relativos à Educação para Todos, sem falar na organização da entidade nos diversos estados, na publicação da revista *Educação Municipal* e na co-formulação de planos estaduais e municipais de educação.

Se, sob muitos aspectos, a educação brasileira vai mal, certamente, a entrada em cena da Undime impediu que, especialmente no Ensino Fundamental, che-

gássemos ao fundo do poço.

Atualmente, presidida pela secretária municipal de Educação de Recife/PE, Edla de Araújo Lira Soares, a Undime deu um passo a mais na sua luta de mobilização e organização do movimento nacional, realizando, em Brasília, nos dias 19 e 20 de abril deste ano, o seminário de *Institucionalização da Undime e Perspectivas da Educação no Brasil*.

Com o apoio de organizações governamentais e não governamentais (Unicef, Fundação Ford, Associação Brasileira de Municípios e Instituto Paulo Freire), abriram-se novas perspectivas para a profissionalização da entidade que, agora, se prepara para a consolidação de uma Secretaria Executiva.

Esta secretaria pretende fornecer a infra-estrutura, visando o trabalho da Undime pela construção de um pensamento pedagógico, que formule um projeto educacional próprio.

Entre as metas, destacam-se o fortalecimento das diretorias regionais e estaduais; a indução de consórcios de os órgãos municipais de educação de menor porte; a criação de um centro de documentação e banco de dados; a articulação com outras entidades voltadas para o ensino; e a intervenção no processo de municipalização.

‘ Contra fatos adversos da educação, a Undime contrapôs a força da luta articulada, comprovando que contra fatos e argumentos há luta ! ’

EDUCAÇÃO

MUNICIPAL

Ano I nº 0 Fevereiro/96

Boletim informativo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Publicação semestral.

Direção da Undime
Presidente:
Edla Araújo Soares
Secretário-Técnico:
Adeum Elário Sauer
Secretaria de Articulação:
José Carlos Machado
Secretaria de Finanças:
Dione Maria Bezerra
Jornalista Responsável:
Júlio César Coelho
(Reg. Prof. 2843/11/78)
Programação Visual
Rosiane Delgado
Supervisão:
Instituto Paulo Freire/
José Eustáquio Romão e
Moacir Gadotti

Informações:
FAX: (032) 211-1021
(011) 873-0462



A presidente da Undime, Edla Soares, reafirma que o sucesso escolar depende da implantação dos mecanismos voltados para as ações de descentralização no âmbito da Educação, como o projeto de Avaliação Sistemática da Qualidade da Escola pública.

Democracia participativa na gestão da escola pública

Edla Lira Soares
PRESIDENTE DA UNDIME

A Constituição de 1988, incorporando em diversos artigos as propostas dos movimentos sociais organizados, ressalta a perspectiva da democracia participativa. No âmbito da Educação, inúmeros dispositivos do texto legal reafirmam o princípio da gestão democrática do ensino público em todos os níveis, assegurando a instauração de mecanismos de participação e controle social da administração pública. Entre os principais impactos decorrentes da implementação de tais mecanismos, verificam-se a descentralização das ações e a formação de novas instâncias colegiadas que ampliam a ação da sociedade sobre as políticas relacionadas com a qualidade da vida coletiva.

Estes objetivos se coadunam com as perspectivas abertas pela Conferência Mundial de Educação Para Todos, cujo conceito de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem estabeleceu uma mudança de enfoque na definição de parâmetros da qualidade da educação básica. Trata-se, agora, de situar a ação pedagógica no centro das preocupações das políticas de melhoria do ensino, associando a ampliação da oferta dos serviços educacionais com a avaliação sistemática da qualidade dos resultados.

O grande desafio que se impõe às Secretarias de Educação é elevar o patamar de sucesso escolar

e assegurar a equidade dos resultados educacionais, num contexto marcado pela heterogeneidade das condições de oferta, pela centralização burocrática e por elevados índices de fracasso escolar. No enfrentamento dessa questão, é consensual a proposição de mecanismos de sustentação da autonomia das unidades escolares, sugerindo-se como base desse processo a transparência das informações, a otimização da aplicação dos recursos, a valorização dos educadores e a implementação de uma cultura da avaliação com vistas à democratização da gestão educacional.

Ao eleger a melhoria da qualidade da educação básica nas escolas públicas como meta, os secretários de Educação das capitais do Nordeste, reunidos em Recife, em 1993, assumiram o compromisso de implementar uma sistemática de avaliação permanente e contínua das redes municipais. No âmbito dessa proposta foram avaliadas, em dezembro de 95, em articulação com o MEC e o Sistema Nacional de Avaliação Básica, as primeiras e terceiras séries em Português e Matemática e as quintas e sétimas séries em Português, Matemática e Ciências, de 20% das escolas das redes municipais das capitais da região. Em 95, Recife amplia a sua proposta e, com testes desenvolvidos por equipes locais, avalia as quartas séries, em Português e Matemática, no universo das unidades escolares.

Criança

A partir dos resultados da avaliação escolar, os dados levantados e as análises realizadas foram socializados com os membros dos colegiados, na perspectiva de qualificá-los e estimulá-los a apresentar alternativas aos pontos críticos identificados, apoiar as iniciativas de qualidade, rejeitar as que não oferecem perspectivas de mudanças ou influenciar na formulação e avaliação do projeto da escola e das metas para atender a criança na

educação municipal.

Mais recentemente, a Undime nacional, no âmbito do projeto de consolidação da entidade, estimulou a formação de grupos temáticos, entre eles o GT Qualidade da Educação Básica e Projetos de Avaliação da Rede. A perspectiva deste GT é desenvolver um projeto de avaliação de redes, cujas informações irão subsidiar a articulação das unidades educacionais entre si e com as demais instâncias de gestão, permitindo que cada uma delas se veja enquanto unidade, na sua relação com as demais escolas da Rede e com os princípios que orientam a política educacional no conjunto das cidades.

Atualmente, 20 municípios estão integrados ao GT de avaliação da Undime: São Luís

(MA), Terezina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Campina Grande (PB); Abreu e Lima, Igarassu, Goiana, Paulista, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata (todos de PE); e Vitória da Conquista (BA).

Diante de instrumentos de mensuração elaborados e pré-testados nas capitais nordestinas, estes municípios avaliaram, em dezembro de 95, o universo das quartas e oitavas séries de suas redes, nas áreas de Português e Matemática. A proposta prevê ainda, em articulação com a UFPE, a formação de um banco de itens e a realização de seminários com os envolvidos no projeto de avaliação qualitativa.

Qualidade do

Ensino no Brasil

A Undime frente ao "Ante-projeto de lei que regulamentará o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério" e seus desdobramentos (Diretrizes Nacionais para a Carreira e remuneração do Magistério Público e Proposta de Emenda Constitucional) apresentados pelo MEC, expressa sua posição nos seguintes pontos:

1 - reconhece o esforço do MEC em apresentar uma proposta de ação que vise, em alguns aspectos, à superação das disparidades educacionais existentes no ensino fundamental do país;

2 - reafirma os compromissos do Pacto Nacional e as decisões do Fórum de Valorização do Magistério, especialmente quanto à importância da definição de um piso nacional de salário como condição de qualificação do ensino;

3 - manifesta preocupação com a proposta de 25 horas semanais para a função docente, considerando que a mesma estimula a dupla jornada de trabalho, com graves prejuízos para a qualidade do ensino;

4 - ratifica a necessidade de se garantir o repasse automático dos recursos, previsto no artigo 4º do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de forma a assegurar o funcionamento dos sistemas públicos de ensino;

5 - propõe a adoção de critérios diferenciados na definição da relação professor/aluno entre escolas públicas de zona rural e urbana, dada às peculiaridades da distribuição da população, para efeito de acesso ao Fundo e outras finalidades;

6 - sugere a criação de um Fundo Municipal, com vistas ao recebimento de todos os recursos destinados à Educação, Orçamento Municipal e/ou outras fontes financiadoras;

7 - indica, no nível municipal, a institucionalização de uma Comissão de Matrícula constituída, paritariamente, por representantes das redes municipal e estadual, do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal da Criança e de outras entidades envolvidas na questão do direito à escola pública, para acompanhar o censo escolar.



Pelo fim do analfabetismo no país

A Undime nacional também reafirma, junto ao governo federal, a defesa intransigente da manutenção da responsabilidade da União com a aplicação de pelo menos 50% dos recursos a que se refere o

artigo 212 da Constituição, na eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. A Undime não abre mão da melhoria da qualidade da educação básica no país.